



História do desenvolvimento: limites de um campo de pesquisa

**Moacir José dos Santos¹
Monica Franchi Carniello²**

Resumo

O artigo discute como os historiadores podem colaborar com o debate sobre o desenvolvimento, mediante a estruturação de procedimentos de pesquisa relacionados a uma história do desenvolvimento. O objetivo é evidenciar como o exame do desenvolvimento pode ser realizado com pertinência, a partir da investigação pautada nos procedimentos relativos à lide dos historiadores. Em consonância a esse objetivo, buscou-se destacar a delimitação concernente a uma história do desenvolvimento. Destaca-se a proposição da investigação sobre o desenvolvimento, a partir da metodologia histórica, delineada na discussão apresentada no presente trabalho.

Palavras-chave: História do desenvolvimento; Historiografia; Interdisciplinaridade.

History of development: limits of a search field

Recebimento: 20/10/2013 • Aceite: 20/04/2014

¹ Doutor em História (UNESP), Professor-pesquisador do Programa de Pós-graduação em Planejamento e Desenvolvimento Regional da Universidade de Taubaté, Brasil. E-mail: santos.mj@ig.com.br

² Doutora em Comunicação e Semiótica (PUC SP), professora-pesquisadora do de Pós-graduação em Planejamento e Desenvolvimento Regional da Universidade de Taubaté, Brasil. E-mail: monicafcarniello@gmail.com

Abstract

This paper discusses how historians can contribute to the debate about the development by structuring research procedures related to a history of the development. The aim is to show how the examination of the development can be done rightly, from research guided by the procedures for the deal historians. In line with this objective, we sought to highlight the delimitation concerning a development history. Noteworthy is the proposition of development research, from the historical methodology, outlined in the discussion presented in this work.

Keywords: History of development; Historiography; Interdisciplinarity.

Introdução

A expansão da produção do conhecimento durante o século passado, constituiu um marco ímpar, beneficiando diversas áreas do saber. O aumento quantitativo e qualitativo da produção acadêmica refletiu-se em diversos campos do conhecimento, especialmente quanto à pesquisa histórica.

Os historiadores foram beneficiados com o acúmulo de novos conceitos, abordagens, metodologias e informações, cuja soma resultou em um espectro abrangente o suficiente, para alterar a produção historiográfica sob os parâmetros quantitativo e qualitativo. As mudanças relativas à produção do saber histórico sob os parâmetros citados, resultaram em duas condições estratégicas para a reconfiguração do conhecimento histórico durante o século XX: a interdisciplinaridade e a sofisticação dos suportes de armazenamento e difusão do conhecimento.

A adoção da interdisciplinaridade como fundamento para a renovação da historiografia inspirou a estruturação de novas abordagens para as áreas e objetos de pesquisa. Observa-se que a interdisciplinaridade foi acompanhada por alterações importantes nas condições de armazenamento e difusão do saber. Tal cenário foi estratégico para o fortalecimento da profissionalização de diversas áreas do saber durante o século XX, particularmente o conhecimento histórico. No decorrer do século passado, a especialização, a interdisciplinaridade e o avanço científico, quanto aos suportes de armazenamento e difusão da informação, contribuíram expressivamente para o avanço do saber em diversos campos do conhecimento.

A produção historiográfica beneficiou-se destas condições, partilhando com as demais formas de saber, três variáveis importantes: a expansão das formas de comunicação científica, dentre as quais os periódicos, que potencializaram o alcance em escala global por causa do avanço tecnológico das mídias, facilitando a comunicação estruturada em rede, em escala global; a expansão do ensino superior; e a consolidação das sociedades científicas e grupos de pesquisa. Tais fatores refletem e, simultaneamente, favorecem o avanço científico e daquilo que genericamente é entendido como desenvolvimento.

O aumento do acesso ao ensino superior nas últimas décadas, resulta de um processo em que a expansão dos investimentos públicos e privados no setor, foi favorecido pelo crescimento econômico, o que

correspondeu concomitantemente à expansão da quantidade de ocupações vinculadas à instrução universitária.

Neste contexto, ocorreu um aprofundamento da especialização nas áreas do conhecimento, com impacto significativo para a escrita da história. A combinação entre condições mais adequadas para difusão do conhecimento e o maior acesso ao ensino superior resultou no fortalecimento da terceira variável: a consolidação das sociedades científicas e dos grupos de pesquisa. Desta maneira, a expansão do saber apoiou-se simultaneamente na especialização e na interdisciplinaridade.

Para os historiadores a renovação da produção do conhecimento histórico envolveu ambas as condições. A reflexão sobre esse processo implica no reconhecimento de que a manutenção do vigor da produção historiográfica relaciona-se à competência em integrar à pesquisa histórica, as inquietações que permeiam a sociedade.

O rápido exame das condições de elaboração do saber histórico corrobora essa afirmação. Durante o século passado temas como a participação da mulher no processo histórico e as relações de gênero tornaram-se candentes na historiografia, exatamente por adquirirem relevância social (HUNT, 2001).

No início do século XXI novas inquietações emergem e conquistam o protagonismo social. E o tema do desenvolvimento destaca-se nesse cenário. Afinal, durante os séculos XIX e XX o desenvolvimento estava associado ao progresso, conceito balizador das políticas econômicas aplicadas para estimular a expansão da riqueza e da tecnologia no último século.

Porém, na medida em que a persistência da desigualdade social e econômica marcou a trajetória histórica contemporânea, emergiu a discussão sobre a preservação dos recursos naturais necessários à manutenção da própria humanidade. Sem o uso sustentável dos recursos naturais, o modelo econômico está fadado à extinção. Tornou-se consensual em vários campos do saber a necessidade da preservação simultânea dos recursos naturais e da produção da riqueza. O conceito que define essa preocupação é o desenvolvimento sustentável (SACHS, 2002).

Entretanto, o conceito desenvolvimento sustentável não está vinculado somente às querelas econômicas e ambientais. Sua definição implica em um posicionamento ideológico, quanto ao modelo econômico pertinente à preservação dos recursos naturais, relativos à sustentabilidade econômica e social.

Acreditar que o conceito desenvolvimento sustentável é imparcial e objetivo, equivale a crer na ausência de valores ideológicos relativos à sua elaboração. Sua popularização decorre da própria crença no desenvolvimento como um valor acima dos conflitos que demarcam as relações sociais e disputas políticas derivadas da competição entre frações de classe e classes sociais (ARRIGHI, 1997).

O presente trabalho não pretende explorar as implicações ideológicas do conceito desenvolvimento sustentável, mas propõe a reflexão sobre como os historiadores podem participar do debate relativo ao desenvolvimento, conceituando-o como uma atribuição histórica. Estados, organismos multilaterais, entidades internacionais, sociedades, compartilham a crença na necessidade de ponderar sobre como o desenvolvimento pode afetar o futuro humano.

Na seara acadêmica, as investigações sobre como conceituar o desenvolvimento e suas implicações ascenderam à posição de destaque em virtude das preocupações concernentes à possível conciliação entre o atual modelo econômico e a preservação dos recursos naturais necessários à sua continuidade (VEIGA, 2008).

Novas tecnologias e formas de produção são almeçadas como alternativa ao consumo que fundamenta o sistema econômico capitalista. Artigos, teses, livros e propostas são elaborados e difundidos para efetivar o desenvolvimento menos agressivo para o meio ambiente e a própria humanidade.

Isso, no entanto, não é simples, em virtude das disputas e conflitos que permeiam a dinâmica social. Evitar a adoção de uma perspectiva pueril é fundamental para que o conhecimento produzido sobre o desenvolvimento adquira efetividade.

Neste cenário, a história pode colaborar decisivamente para o fortalecimento de avaliações consistentes sobre as trajetórias e perspectivas do desenvolvimento. O objetivo deste trabalho é discutir como o tema do desenvolvimento pode ser incorporado à lide dos historiadores.

Enquanto a Economia, a Sociologia e outras áreas do conhecimento incorporaram com vigor a investigação sobre o desenvolvimento, entre outros temas, os historiadores dedicaram-se a posicionar-se quanto ao impacto da profissionalização e da ultraespecialização da produção científica, mediante a reordenação da pesquisa histórica, com a adoção de novos temas, abordagens, objetos e métodos. Esse esforço permitiu a conquista de condições mais maduras para a atuação dos historiadores, inclusive para a intervenção no debate relativo ao desenvolvimento.

A centralidade do debate sobre o desenvolvimento constitui um estímulo para a elaboração de uma história do desenvolvimento que permita a construção de saber crítico, pautado na investigação histórica. A perspectiva histórica tem duas contribuições fundamentais para a compreensão das implicações do desenvolvimento.

A primeira é sua avaliação como uma elaboração, historicamente situada, sujeita aos interesses socialmente constituídos e permeados por valores relativos a concepções relacionadas ao poder, à acumulação de riqueza e prestígio. Desse modo, a pesquisa histórica pode favorecer a estruturação da percepção das nuances que demarcam a compreensão e a efetivação do desenvolvimento em cada momento histórico.

A segunda contribuição é a superação da fragmentação, relacionada à extrema especialização que acompanha a profissionalização da produção do saber. A perspectiva histórica corresponde à constituição de eixos de reflexão que dotem a interdisciplinaridade e a multidisciplinaridade, com relação à investigação do desenvolvimento de coesão.

As características da investigação histórica têm o potencial de contribuir para o alcance deste objetivo, estratégico, para possibilitar o saber acerca do desenvolvimento da efetividade necessária, para superar sua compreensão como um dado acima das disputas sociais e políticas que permeiam o fazer histórico.

História do desenvolvimento: características, contribuições e limites

A proposta pertinente à formulação e execução de uma história do desenvolvimento correlaciona-se à preponderância do termo, em razão da sua utilização midiática e acadêmica.

O desenvolvimento tornou-se nas últimas décadas uma justificativa, tanto para a elaboração de políticas públicas centradas na promoção do crescimento econômico, quanto na adoção de estratégias relacionadas à redução das assimetrias sociais e também para a sustentabilidade em suas dimensões social, econômica e ambiental. De certo modo, o desenvolvimento passou a representar o Santo Graal das políticas de governo e das ações do setor privado, justificando, sob a condição de meta ideal, os planos e as ações realizadas no presente.

O protagonismo do desenvolvimento reflete-se no debate sobre como o seu alcance tem relação com a formulação de políticas públicas

inovadoras, em comparação às práticas administrativas e políticas do passado. Desta maneira:

Em tempos de globalização, cidades do mundo inteiro estão desafiadas por profundas mudanças sociais, econômicas e políticas. As transformações recentes requerem novos modelos de gestão inovadores, assim como novos instrumentos, procedimentos e formas de ação, a fim de permitir que os administradores públicos tratem as mudanças de uma sociedade globalizada (REZENDE; FREY; BETINI,s/d).

A mobilização que o debate acerca das estratégias mais eficientes para o alcance do desenvolvimento provoca, resulta na busca por uma definição deste conceito para que as políticas públicas e ações a ele dedicadas alcancem maior efetividade. Porém, a definição do significado do desenvolvimento para balizar as ações concernentes a sua consecução não é uma tarefa simples.

Afirmar que o desenvolvimento significa a realização das políticas sociais aptas a promover a redução das desigualdades, com a concomitante sustentabilidade nas dimensões econômica, social e ambiental é apenas concordar com o senso comum. Afinal, em um momento histórico, cuja característica é a valorização da preservação do meio ambiente e o combate à miséria humana na sua mais ampla acepção, a definição do desenvolvimento corresponde a essas características.

A compreensão mais profunda do desenvolvimento exige a adoção de uma perspectiva histórica fundamentada na sua problematização temporal, principalmente para a superação dos referenciais estabelecidos no senso comum.

Deste modo, situar o desenvolvimento como um valor historicamente constituído relaciona-se à necessidade de compreender suas limitações e potencialidades enquanto conceito norteador da formulação e execução de políticas públicas e também da própria mobilização social por parte dos grupos que compõe a sociedade civil.

O desenvolvimento é um processo social global. A definição de uma tipologia do desenvolvimento decorre da necessidade de classifica-lo em econômico, político, social ou cultural por razões metodológicas quanto ao tratamento de um desses sentidos

particulares. O desenvolvimento, em termos conceituais, é a explicação de concepções ou ideais coletivamente partilhados durante o processo histórico-social. A definição do significado do conceito desenvolvimento depende dos valores historicamente construídos de cada sociedade embora conserve em seu cerne a conquista de padrões de vida mais elevados acessíveis à maioria da população. Sob esse prisma o conceito de desenvolvimento pode até ser oposto à ideia de progresso econômico, pois seu objetivo é mais do que a oferta de bens e serviços resultantes do aumento de produtividade. (VIEIRA & SANTOS, 2012. p. 347-348)

A formulação acima destacada evidencia a correlação entre o desenvolvimento e as diversas dinâmicas que perpassam a sociedade. E, principalmente quanto às diferenças entre progresso e desenvolvimento, muitas vezes entendidos como sinônimos.

A conceituação do desenvolvimento como distinto das conquistas tecnológicas e do acúmulo de riquezas materiais o situa como um conceito capaz de contemplar necessidades relativas ao bem estar humano que são contra-hegemônicas em relação ao atual predomínio dos valores relacionados ao consumismo, vigentes na maioria das sociedades contemporâneas:

O desenvolvimento, como ideia, se distingue e de certo modo se opõe à ideia ilustrada de progresso. O desenvolvimento, em termos conceituais, é a explicação de virtualização preexistente no processo histórico-social. Essas virtualizações são os modos de exercício da racionalidade. O processo do desenvolvimento, em termos reais, é o processo histórico-social mesmo enquanto se encaminha para a sua crescente racionalização (JAGUARIBE, 1962. p. 19).

O desenvolvimento, como campo de pesquisa para os historiadores, oferece a oportunidade de caracterizar historicamente como, em cada quadra histórica, o bem estar social foi definido. A preocupação com a elevação da produção da riqueza e

consequentemente com os níveis de satisfação social é uma condição moderna, relativa à ilustração típica do século XVIII.

O surgimento da economia política com Adam Smith e David Ricardo inicia o debate sobre como elevar o conforto material das sociedades. Embora a discussão sobre a produção da riqueza, seja anterior aos autores citados, é necessário reconhecer que foi naquele momento que se constituiu o debate sobre a economia, sob um prisma pertinente à superação da simples produção da riqueza. Também é nesta conjuntura histórica que se articula o debate sobre o progresso, entendido nos séculos XVIII, XIX e XX como sinônimo de desenvolvimento.

Essa configuração histórica evidencia que a história do desenvolvimento situa-se, cronologicamente, entre o século XVIII e o presente. Remeter a reflexão sobre o desenvolvimento a períodos anteriores, implica em praticar o anacronismo, projetando em períodos pretéritos, um debate inexistente.

A reflexão sobre a história do desenvolvimento equivale à reflexão sobre a própria modernidade, fundada sobre o processo histórico, pertinente a expansão e consolidação do capitalismo. Observa-se que a história do desenvolvimento não se confunde com a história econômica. Não se trata de investigar a produção, a circulação e a distribuição da riqueza ou as ideias e teorias econômicas.

A história do desenvolvimento equivale à investigação sobre como o desenvolvimento foi concebido em cada período histórico com a delimitação das divergências a seu respeito e como essas condições impactaram na formulação e efetivação de ações concernentes à sua concepção.

Limitar o escopo relativo à história do desenvolvimento implica no combate a redundâncias que sua compreensão equivocada pode provocar. Por redundâncias entende-se a repetição de abordagens consagradas e fecundas da história econômica. Esse cuidado é relativo ao respeito quanto ao amadurecimento investigativo e as contribuições imprescindíveis realizadas por historiadores econômicos ao longo das últimas décadas.

Apesar do compartilhar de objetos e temas, existe uma diferença fundamental que distingue a história do desenvolvimento da história econômica. Enquanto a última é abrangente, por incorporar a pesquisa sobre a atividade econômica e as ideias a ela concernentes, a história do desenvolvimento tem sua atenção dedicada sobre como o desenvolvimento é historicamente concebido. Portanto, sua

abrangência é mais restrita e especializada em relação à história econômica.

A proposta relativa à constituição de um campo de estudos pertinente à própria organização da historiografia correlaciona-se à função desempenhada por parte dos historiadores e sua área de saber: a História.

A contribuição da História para a produção do conhecimento apoia-se sobre como os historiadores produzem o conhecimento pertinente ao passado, a partir das inquietações do presente. Tal simbiose permite aos historiadores assumirem um posicionamento estratégico quanto à produção do conhecimento.

A contribuição dos historiadores equivale ao propiciar das condições necessárias a uma reflexão crítica quanto às expectativas sociais, possibilitando referências, tanto para o saber histórico, quanto para as demais áreas do conhecimento.

Neste sentido, a delimitação de um campo para a história do desenvolvimento confunde-se com a própria profissionalização da produção do conhecimento no campo da história. A noção de progresso, que delineou o ideal de cientificidade e as contribuições da ciência para sociedade, incidiu sobre a organização e a produção do saber histórico.

O positivismo implicava na crença em um progresso linear e contínuo, que naquele momento equivalia a uma percepção bastante simplista do desenvolvimento como acúmulo de recursos materiais e científicos.

A adoção, no século XIX, do positivismo por parte dos historiadores interessados em incorporar a cientificidade em voga naquele período, apesar das limitações conceituais e metodológicas inerentes à essa corrente filosófica, favoreceu a busca coletiva para definir os limites da História, em relação às demais áreas do conhecimento.

O privilegiar da documentação como referência material para a construção da pesquisa e do conhecimento histórico articulado à escolha de temáticas, como a política e o Estado, ensejou a organização da História como disciplina voltada à reflexão sobre as relações entre os homens no tempo e no espaço.

O reconhecimento da pertinência do conhecimento histórico equivaleu, durante o século XIX, à conquista de uma forma de cientificidade que a narrativa característica dos séculos anteriores não propiciava. Cientificidade correspondia à objetividade, o que era projetado na crença de que as fontes históricas portavam, em seus

dados, a isenção e a equivalência daquilo que se acreditava ser a verdade (BURKE, 1997).

Novais e Forastieri (2011) demonstram que as Ciências Sociais, nascentes no século XIX e resultantes da especialização e profissionalização da produção do conhecimento, contribuíram decisivamente para a construção do conhecimento histórico.

A persistência na definição de fontes cientificamente reconhecidas para dotar o conhecimento histórico de autoridade equivale, de acordo com Novais e Forastieri, ao desejo de equiparar a História as então recém-constituídas Antropologia, Sociologia, Economia e Psicologia, as quais surgiram do conjunto de transformações relacionadas à revolução industrial.

A organização destas áreas do conhecimento correlacionou-se à pretensão de entender as mudanças econômicas, políticas e sociais associadas à emergência e predomínio do capitalismo industrial. Neste contexto, os historiadores acreditaram que a História precisava conquistar a cientificidade então atribuída às Ciências Sociais:

[...] Muito antiga, a história, narrativa dos acontecimentos, só se iguala às artes e à filosofia; por isso, tem uma musa, Clio. Mas isso significa também que a história, como discurso, é anterior às demais ciências sociais, anterior às universidades. Isto significa, efetivamente, que, na história intelectual, pode-se examinar e analisar o impacto das ciências sociais sobre a história, e não o contrário. E não se leva em conta que esse traço da disciplina interfere decisivamente na natureza do diálogo e das relações entre a história e as ciências sociais, que quase sempre giram em falso, em torno de questões de abrangência e prestígio. (NOVAES e FORASTIERI, p. 9, 2011).

A incorporação da interdisciplinaridade foi o recurso selecionado para responder ao desafio da aquisição da cientificidade. A incorporação da metodologia positivista foi o primeiro passo, mas não o único. Portadora de uma tradição ancestral, a história não poderia ser relegada a uma condição secundária, desproporcional à sua presença no campo do conhecimento.

Entre as áreas do saber, classificadas como humanidades, somente a filosofia e as artes tem uma similar à história. A suposta

cientificidade das Ciências Sociais que tomavam as ciências naturais como modelo, justificada nos parâmetros do positivismo, inspirou a eleição da documentação como referencial principal da pesquisa histórica. Porém, essa escolha realizada no século XIX tornou-se insuficiente para os historiadores do século XX.

A absorção das referências conceituais e metodológicas das Ciências Sociais, objetivava sobrepujar o que, para os críticos da história positivista, implicava em uma limitação perniciosa para o futuro da História, enquanto área do conhecimento. A renovação da produção do conhecimento histórico durante o século XX correlacionou-se a dois objetivos: evidenciar que os historiadores podem produzir conhecimento relativo à complexidade da experiência social e também que a História pode ser alçada ao patamar da cientificidade.

O elemento unificador da renovação do conhecimento histórico é simplesmente a busca de uma legitimidade reconhecida por outras áreas do conhecimento, daí a inversão da perspectiva. Do impacto das ciências sociais sobre a história para o impacto da história sobre as ciências sociais. Os historiadores passam a incorporar e aplicar abordagens de outras disciplinas, sinalizando que, se a história foi incorporada por outros, o contrário é possível, realizável e desejável. (SANTOS & CARNIELLO, 2011)

Observa-se que a renovação da produção do conhecimento histórico decorreu de um processo dinâmico, com a participação de múltiplos atores, como a os franceses da Escola dos Annales e a dos historiadores marxistas.

Os objetivos e limites do presente trabalho impedem a elaboração de uma avaliação mais profunda da renovação da historiografia em relação à organização de uma história do desenvolvimento.

A abordagem da renovação da produção do conhecimento histórico, a partir do impacto do positivismo no século XIX, e da reação dos historiadores ao predomínio das Ciências Sociais, na primeira metade do século XX, mediante a adoção da interdisciplinaridade, tem o objetivo de demonstrar que as alegorias e crenças produzidas sobre o desenvolvimento, têm como origem o mesmo contexto histórico

relativo à reconfiguração da História. O discurso relativo à necessidade de aquisição de cientificidade correspondia às estruturas sociais que legitimavam a crença no progresso constante.

A adoção da interdisciplinaridade constituiu um momento importante para a avaliação crítica do paradigma da cientificidade, mediante reorganização da produção do conhecimento histórico, sob o prisma das características epistemológicas e metodológicas particulares à História.

Porém, a crítica ao conceito de progresso centrou-se sobre seus efeitos em relação à concepção da História, elaborada ao longo do século XIX e das limitações que a mesma provocava à estruturação do saber histórico. O reposicionamento da historiografia não implicou uma investigação sobre como o desenvolvimento foi concebido no passado.

De certo modo, o conceito de progresso foi problematizado quanto às pesquisas que tomavam o positivismo como objeto de investigação ou, ao menos, suas contribuições para conceitos centrais para a compreensão do século XIX, como civilização e industrialização.

O cenário acima delineado evidencia que a elaboração de uma história do desenvolvimento remete a uma releitura de conceitos que no passado equivaliam ao desenvolvimento, entendido como acúmulo de recursos econômicos e técnicos, aptos a transformarem as estruturas sociais. Desse modo, a modernidade configura o terreno de investigação relativo à história do desenvolvimento.

A erupção do conceito de progresso, como análogo ao desenvolvimento, equivale aos efeitos que a modernidade e a modernização provocaram no processo histórico. Nota-se que a modernidade consagrou valores comumente atribuídos à experiência contemporânea e à expansão industrial, o que tornou a modernidade o parâmetro das sociedades contemporâneas.

A modernidade capitalista redefiniu a experiência humana em uma escala até então não experimentada. A mudança constata é a única tradição permanente, inserindo a efemeridade como uma prática cultural contemporânea (BERMAN, 2007). Urbanização, industrialização e a reorganização da vida econômica, entre outras características, demonstram como a modernidade é múltipla.

O modelo urbano como local de acolhimento à industrialização; o adensamento da rede de transportes em escala global; o desenvolvimento tecnológico dos meios de comunicação e a estruturação de uma rede

mundial de computadores, ao mesmo que potencializaram a ação humana, tornaram a sociedade mais complexa. As representações, pelas possibilidades de produção sógnica viabilizadas pelos meios de comunicação contemporâneos, tornaram-se parte do cotidiano e a forma mais usual de interpretação do mundo, superando em quantidade o contato direto com o factual. (SANTOS & CARNIELLO, 2011)

O período histórico concernente à história do desenvolvimento está limitado à abrangência temporal e espacial da modernidade. Os limites temporais relativos à história do desenvolvimento permitem compreendê-la como um recurso epistemológico estratégico, para superação da possível confusão entre a pesquisa sobre o desenvolvimento, enquanto um construto social que norteia práticas sociais e as abordagens centradas na mensuração de indicadores quantitativos ou ideias e teorias relacionadas à expansão da atividade produtiva.

Esta dimensão é adequadamente mensurada por pesquisas fundadas nos parâmetros conceituais e metodológicos da história da economia. Já a efetivação de uma história do desenvolvimento equivale à investigação sobre como o desenvolvimento é percebido e como, sob essa condição, orienta a execução de práticas sociais.

Não há dúvida de que a análise do processo de desenvolvimento precisa ultrapassar as barreiras dos aspectos econômicos, o que faz surgir um novo problema: como medir esse desenvolvimento. Essa aferição, para ser feita, precisa considerar fatores específicos de cada sociedade, conforme valores culturais, sociais e psicológicos, pois as necessidades humanas são tão diversificadas quanto às diferenças regionais. O valor atribuído aos bens materiais e imateriais é relativo à matriz cultural, histórica e cultural de cada região. (VIEIRA e SANTOS, 2012, p. 366)

O escopo relativo à história do desenvolvimento permite dotá-la de uma problemática particular, que a distingue das abordagens que tangenciam os temas relativos ao desenvolvimento. Em relação ao

séculos XVIII e XIX a investigação histórica do desenvolvimento apoia-se na reflexão acerca dos termos equivalentes, como progresso, o que equivale ao cuidado de evitar o anacronismo.

Afinal, o termo desenvolvimento remete, sem um aprofundamento reflexivo, ao acúmulo de recursos econômicos, tecnológicos e sociais de uma determinada região, país ou população a partir do século XX, especialmente com a emergência das políticas públicas dedicadas à superação dos efeitos das grandes guerras mundiais e da crise de 1929. É necessário não atribuir o sentido da modernidade como equivalente ao desenvolvimento. Rigorosamente, o desenvolvimento é um dos temas descortinados com o advento da modernidade. E a ideia de progresso é a sua primeira manifestação, em um sentido mais utópico e filosófico que exatamente econômico, embora a expansão da riqueza material constitua uma das suas manifestações para os parâmetros predominantes durante o século XIX.

No século passado o desenvolvimento passa a ser empregado com a função social que o conceito progresso assumiu no século XIX. Todavia, a dimensão intelectual sucumbiu à preferência, por pensar o avanço social a partir de políticas públicas relacionadas ao combate às assimetrias sociais, econômicas e políticas. Essa mudança é pertinente à própria trajetória histórica do século XX.

A Primeira Guerra Mundial significou o fim das ilusões que a *Belle Époque* evocava, particularmente quanto à pretensa superioridade da civilização europeia e a sua capacidade, pautada na ciência e na técnica, em superar as limitações materiais e intelectuais que cerceavam o progresso.

As mazelas do conflito somadas as consequências da crise de 1929 e ao fortalecimento dos movimentos de esquerda, em razão da Revolução Russa de 1917, evidenciaram que a superação das carências sociais equivalia a políticas mais realistas, centradas em políticas públicas. Desse modo, a ideia de progresso foi substituída por outra concepção, o desenvolvimento.

O desenvolvimento conforma um tema de pesquisa profícuo para outras áreas do conhecimento, como a Economia e a Sociologia. Contudo, a pesquisa sobre o desenvolvimento, mediante abordagens distintas da metodologia relativa à História, diminui a mensuração da sua complexidade.

Essa limitação pode ser superada com a adoção uma perspectiva histórica quanto ao desenvolvimento, ou avaliando como representação social historicamente constituída, cujas características

podem ser compreendidas, mediante sua configuração como um campo de pesquisa com problemas, métodos e objetos cujas particularidades são melhor matizadas em seus elementos temporais por uma abordagem histórica.

Postular uma história do desenvolvimento não implica, porém, a ambição em constituir um território do conhecimento acessível apenas aos historiadores. Sua reivindicação está associada à busca que estimulou a produção do conhecimento histórico nas derradeiras décadas, alinhada tanto com a renovação da historiografia, quanto com a elaboração de respostas para as inquietações sociais.

O desenvolvimento como campo privilegiado da reflexão histórica é antes de tudo um desdobramento da diversidade da pesquisa histórica, cuja renovação está interligada a própria transformação da história enquanto área de conhecimento que espelha e incorpora as mudanças sociais. O fortalecimento da história decorreu da colaboração com as demais disciplinas que constituem as ciências sociais e a sua perenidade depende da permanência desta postura. Portanto, essa proposição não enuncia uma ação de conquista ou a busca de um lócus privilegiado para a interlocução com as ciências sociais. (SANTOS & CARNIELLO, 2011)

O desafio relativo à organização de uma história do desenvolvimento implica a aplicação dos conceitos e métodos particulares a investigação histórica. A problematização do desenvolvimento decorreu do empreendimento de investigações alicerçadas em demandas econômicas, sociais ou ambientais.

Destarte, existe um considerável espectro de pesquisa sobre o desenvolvimento mediante a efetivação de uma abordagem histórica. Como campo do conhecimento, o desenvolvimento pode ser considerado em processo de formação, com a respectiva consolidação de um corpo teórico e metodológico relativo aos seus desafios para os pesquisadores que o elegem como objeto privilegiado de investigação. Essa condição é inerente à interdisciplinaridade que a pesquisa do desenvolvimento implica.

Contudo, a aplicação de uma perspectiva histórica é distinta da aplicação de uma metodologia fundada nas particularidades da

pesquisa histórica. Esse é o momento de os historiadores assumirem sua parcela de contribuição para a investigação do desenvolvimento como um território do conhecimento.

A inclusão do desenvolvimento como campo de pesquisa relativo à lide dos historiadores, favorece a efetivação de metodologias próprias à investigação histórica. Uma das características que distinguem a História das Ciências Sociais é postura vertical, relacionada à busca da singularidade relativa ao objeto de pesquisa no tempo.

A procura da diferença personaliza o trabalho do historiador. A proposição de uma história do desenvolvimento vincula-se à colaboração que os historiadores podem estabelecer com as produções pertinentes a esse tema, efetivadas nas demais áreas do conhecimento, como a Economia, a Sociologia e o Urbanismo.

Os diversos objetos relativos à história do desenvolvimento são suscetíveis à abordagem histórica, desde que compreendidos sob a delimitação anteriormente proposta, a mensuração das concepções relativas ao desenvolvimento historicamente localizadas. Desta maneira, se propõe entender como as concepções acerca do que é o desenvolvimento condicionaram a realização de ações a ele pertinentes.

Por exemplo, entre os objetos relacionados à história do desenvolvimento está a urbanização. O século XX consolidou uma tendência delineada mediante a expansão do capitalismo, pautada nos processos desencadeados com a revolução industrial, a expansão das cidades. Tal fenômeno extrapola o aumento do número dos habitantes das cidades, que se tornaram o centro da atividade produtiva, comercial, política e científica.

A urbanização, enquanto fenômeno social e econômico, é dotada do dinamismo necessário à expansão e reprodução contínua do capital. Industrialização e urbanização associam-se como sinônimos da dinâmica do capitalismo. O debate relativo aos vínculos entre a industrialização e a urbanização está intimamente relacionado às pesquisas acerca do desenvolvimento efetivadas por economistas, geógrafos e urbanistas. Evidentemente, há historiadores que investigam a história das cidades, o que não equivale a abordar o desenvolvimento.

A produção de uma história das cidades não pode ser ignorada, bem como as produções realizadas no âmbito das ciências sociais que tomam o espaço urbano como referência principal (ABREU & FRIDMAN, 2010). Porém, a história do desenvolvimento como

referência teórica para o estudo das cidades, implica questionar como a dinâmica urbana tem correlação com concepções relativas historicamente elaboradas sobre o desenvolvimento.

Essa proposta implica um deslocamento sutil do ângulo de análise, mas significativo o suficiente para resultar em uma nova leitura da dinâmica urbana. Tal mudança não tem o potencial de desqualificar as pesquisas realizadas sob outras perspectivas, mas expande a compreensão da dinâmica urbana como sujeita a uma variável importante, a crença no desenvolvimento enquanto conjunto de valores historicamente situados.

O emprego da abordagem e da metodologia pertinentes à História significa problematizar como o desenvolvimento foi percebido em contextos históricos diversos e por grupos sociais com preocupações distintas e até mesmo opostas no espaço urbano.

A intensidade das relações sociais no espaço urbano reúne muitas variáveis, desde as formas de ocupação do solo até as diversas territorialidades sobrepostas em razão dos conflitos políticos, econômicos e culturais. E a tessitura que vincula essas disputas é precisamente a busca do desenvolvimento, que foi porém entendido de modo diferente no passado em comparação ao presente.

Destarte, a percepção historiográfica possibilita a compreensão das mudanças do urbano, o que incide na superação da leitura disciplinar da cidade como produto da divisão sócio-espacial do trabalho de um grupo, visão histórica dominante na economia política (MONTE-MÓR, 2006). Esse posicionamento implica na percepção do urbano como uma ordenação espacial relativa à perspectiva conceitual de desenvolvimento inerente a conjuntura histórica pesquisada, conectando a organização social das forças produtivas ao conceito de desenvolvimento historicamente hegemônico naquele momento histórico.

A transição da cidade política, passando pela cidade mercantil e culminando na cidade industrial, tal qual propõe Lefebvre (1999) reflete a mudança paradigmática dos anseios da vida em sociedade, que em última instância pode ser diretamente relacionada ao que a sociedade compreende por desenvolvimento. Às ações realizadas no presente vinculam-se expectativas acerca do futuro.

A projeção dos rumos da sociedade relaciona-se aos valores que predominam em determinado momento histórico, o que em última instância está articulado à concepção do desenvolvimento.

Desta maneira, a investigação relativa às tessituras sociais e históricas que em um primeiro momento moldaram o desenvolvimento

como intrinsecamente conectado ao capitalismo assentado na inexorável exploração dos recursos naturais e, posteriormente, à emergência histórica da crítica a esse pressuposto, implica a detecção dos dissensos historicamente constituídos quanto às posições hegemônicas no passado e no presente.

A estruturação de uma história do desenvolvimento impõe aos historiadores a investigação dessas nuances, mediante a investigação das contradições historicamente localizadas, pertinentes à efetivação das expectativas que delineiam a crença no desenvolvimento.

O trabalho do geógrafo David Harvey (2006) constitui para os historiadores um exemplo fecundo de como a adoção das ferramentas particulares à investigação histórica pode tornar a história do desenvolvimento fecunda para a compreensão da dinâmica do capitalismo em relação e a esse escopo de análise.

Para Harvey os vínculos entre a industrialização e a urbanização são responsáveis por dinamizar a formação, a acumulação e a circulação do capital no capitalismo. Para o geógrafo o entendimento dos períodos de expansão e crise do capital está associado à investigação das relações entre a urbanização e à dinâmica da reprodução do capital. A constante criação e destruição de espaços urbanos e, portanto de relações sociais espacialmente determinadas, conecta-se à lógica da reprodução do capital e é estruturada e estruturante do desenvolvimento.

A aplicação dos instrumentos de investigação do espaço, próprios da geografia, possibilitou a problematização da reprodução do capital, em relação ao ambiente urbano em sua espacialidade. Deste modo, a perspectiva geográfica adquiriu maior consistência, por meio de uma interdisciplinaridade ordenada a partir de uma posição disciplinar.

A história do desenvolvimento tem o potencial de colaborar efetivamente para a investigação do desenvolvimento, a partir da realização de um procedimento semelhante: a historicização das concepções que possibilitam a materialização do desenvolvimento.

Considerações finais

A proposição de uma história do desenvolvimento constitui um desafio quanto à estruturação de um campo de investigação e debates que remetem à inclusão de um novo tema de pesquisa para os historiadores. Outro aspecto a ser destacado quanto a essa proposta é a integração de um dialogo interdisciplinar, a partir das particularidades que singularizam a história.

O campo da História foi significativamente reestruturado durante o século XX. Os limites do presente trabalho não permitiram um aprofundamento nas querelas que demarcaram a estruturação da historiografia nas últimas décadas. Seu debate transcende os objetivos da discussão relativa a uma história do desenvolvimento.

Mas é importante extrair duas variáveis estruturantes da historiografia para fundamentar a história do desenvolvimento. Primeiro, a interdisciplinaridade caracterizou a renovação qualitativa da historiografia durante o século XX. Realizada a partir das especificidades da historiografia, a interdisciplinaridade pode potencializar a análise histórica com a inclusão de novos temas, abordagens e conceitos. Nota-se, no caso da história do desenvolvimento, a investigação da sua temática por outras áreas do saber.

Os historiadores dedicados à investigação do desenvolvimento podem beneficiar-se destas abordagens e concomitantemente contribuir, a partir da metodologia própria à pesquisa histórica, para a sua compreensão como um atributo historicamente situado que incide sobre a dinâmica social.

A segunda variável remete à superação da fragmentação dos resultados que os estudos realizados sob a interdisciplinaridade tendem. As diversas áreas do saber, que abordam o desenvolvimento como tema de pesquisa, recortam suas nuances como objetos adequados às suas respectivas metodologias.

Por exemplo, os economistas buscam aferir o desenvolvimento a partir de duas métricas: a quantitativa e a qualitativa. Para os economistas, o desenvolvimento torna-se um tema de pesquisa, na medida em que possibilita aferir os resultados dos processos econômicos sob dois critérios distintos, mas interdependentes: a produção de riqueza e o bem-estar social resultante das atividades econômicas.

Porém, essa mensuração pode ser dinamizada, mediante o questionamento do processo histórico que possibilita a atribuição de valor à riqueza ou à qualidade de vida. Nesse sentido, a perspectiva histórica pode contribuir para a estruturação de um saber crítico, quanto à definição do que é desenvolvimento e suas implicações para as sociedades que o têm como meta a ser alcançada.

A perspectiva histórica possibilita a inclusão de nuances estratégicas, que, adequadamente trabalhadas, favorecem a abordagem interdisciplinar que caracteriza a reflexão sobre o desenvolvimento. Apesar de a urbanização ter recebido atenção neste

trabalho, é possível e desejável explorar outros objetos em relação ao desenvolvimento.

O modelo de exploração dos recursos naturais, as relações culturais relacionadas aos processos econômicos, ou como a sustentabilidade tornou-se um valor socialmente aceito, são exemplos de recortes inerentes à história do desenvolvimento. Desse modo, é imperativo entender o desenvolvimento como uma elaboração social historicamente situada e ideologicamente comprometida com os estágios relativos à reprodução do capital.

Referências

ABREU, M. & FRIDMAN, F. **Cidades latino americanas: um debate sobre a formação de núcleos urbanos**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010.

ARRIGHI, G. **A ilusão do desenvolvimento**. São Paulo: Vozes, 1997.

BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BURKE, P. **A Revolução Francesa da Historiografia: A Escola dos Annales (1929-1989)**. São Paulo: UNESP, 1997.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. 2º ed. São Paulo: Annablume, 2006.

HUNT, L. A. **Nova história cultural**. 3ª ed. São Paulo: Martins Editora, 2001.

JAGUARIBE, Hélio. **Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político**. Editora Fundo de Cultura S.A.: Rio de Janeiro, 1962.

LEFEBVRE, H. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

MONTE-MÓR, R. L. de M. **O que é o urbano, no mundo contemporâneo**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2006. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20281.pdf>. Acesso em: 18 jun 2009.

NOVAIS, F. A. & SILVA, R. F. da. **Nova história em perspectiva**. Cosac Naify: São Paulo, 2011.

REZENDE, D.A; FREY, K. BETINI, R.C. **Governança e democracia eletrônica na gestão urbana**. Buscalegis, s/d. Disponível em: <

<http://www.buscalegis.ufsc.br/revistas/index.php/buscalegis/article/viewFile/6009/5578>> Acesso em: 28 mar. 2010.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. 2^a ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SANTOS, M. J. & CARNIELLO, M. F. **Por uma história do desenvolvimento**. Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional. v. 7, n. 3, p. 279-295, set-dez/2011, Taubaté, SP, Brasil. Disponível em: < v. 7, n. 3, p. 279-295, set-dez/2011, Taubaté, SP, Brasil > Acesso em: 01 nov. 2011.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento sustentável**. 3^a ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

VIEIRA, E. T. & SANTOS, M. J. **Desenvolvimento econômico regional – uma revisão histórica e teórica**. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional. v. 8, n. 2, p. 344-369, mai-ago/2012, Taubaté, SP, Brasil. Disponível em: < <http://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/679> > Acesso em 01 set. 2012.